

# Introdução

Os trabalhos reunidos neste volume dizem respeito à cultura escrita portuguesa desde o século xv a finais do século xviii. No seu interior, será possível detectar uma atenção recorrente aos processos de continuidade e de ruptura temporal, bem como a preocupação em situar o caso português em contextos mais amplos, tais como a Península Ibérica, o espaço europeu e, ainda, a relação com o vasto espaço coberto pelo império. Escritos em diferentes ocasiões e correspondendo a solicitações muito diversas, os mesmos trabalhos fazem parte de uma linha de investigação, iniciada há mais de vinte anos, na constituição da qual beneficiei de diferentes domínios de experiência. Antes de mais, foi no contacto com o livro antigo, muito em particular com a catalogação dos exemplares quinhentistas existentes no fundo de uma biblioteca criada em Lisboa que pertenceu ao Convento de Jesus, que desenvolvi, em conjunto com Francisco Bethencourt, um primeiro domínio de conhecimentos<sup>1</sup>. A este respeito, muito beneficiei do exemplo de erudição representado em Portugal por José V. de Pina Martins. Paralelamente, foram as discussões e os novos rumos de pesquisa relativos à história do livro e da leitura, sugeridos pelos seminários de Roger Chartier, nos quais pude participar desde 1985, que me proporcionaram o alargamento dos horizontes de investigação. Desde cedo, porém, tive consciência dos limites manifestados pelos modelos de pesquisa que, uma vez difundidos, deixam de ser vigiados nos seus

---

<sup>1</sup> Cf. do autor (com Francisco Bethencourt), *Livros quinhentistas portugueses da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa*, pref. de José V. de Pina Martins, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1990.

fundamentos<sup>2</sup>. Talvez por isso mesmo, em muitas partes deste livro, será possível identificar um desejo de retorno — crítico e criativo — a uma tradição bibliográfica e arquivística portuguesa relativa à história do livro e da cultura escrita. Na Biblioteca Nacional de Lisboa, o labor de investigadores como Manuela D. Domingos e Luís Filipe Farinha Franco, bem como, durante muitos anos na Torre do Tombo, o saber de Maria José Mexia são o melhor exemplo dessa tradição. E é para ela que importa chamar a atenção se não quisermos desvincular a pesquisa sobre o livro antigo e as práticas de escrita de uma cultura mais enraizada das que trabalham mais directamente em instituições vocacionadas para a sua preservação<sup>3</sup>. Depois, foi no diálogo estabelecido com os historiadores da literatura que pude colmatar tantas lacunas da minha formação como historiador e controlar melhor os meus próprios quadros conceptuais e instrumentos de pesquisa. A este propósito, não se trata apenas de evocar uma genealogia intelectual formada por figuras tais como Adolfo Coelho, Carolina Michaëlis, Eugenio Asensio ou Luís de Sousa Rebelo, mas de expressar a minha dívida para com os ensinamentos do grupo do Porto, de José Adriano Freitas de Carvalho a Maria de Lurdes Correia Fernandes<sup>4</sup>. No diálogo da história com a história da literatura fui também encorajado pelos exemplos provenientes do outro lado do Atlântico, muito em particular pelos trabalhos de João Adolfo Hansen e de Alcyr Pécora; bem como pelas investigações exemplares relativas

---

<sup>2</sup> Cf. do autor «Nota de apresentação» (com F. Bethencourt), in Roger Chartier, *A história cultural: entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1988, pp. 7-11.

<sup>3</sup> Cf. do autor «D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego», in *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) — Bicentenário*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, pp. 15-50; «Prefácio», in Manuela D. Domingos, *Livros de Setecentos*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 2000, pp. 11-15; *idem*, *Bibliografia da história do livro em Portugal: séculos XV a XIX*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 2003.

<sup>4</sup> Cf. do autor, «A Restauração de 1640: nomes e pessoas», in *Península, Revista de Estudos Ibéricos*, vol. 0, 2003 — *Entre Portugal e Espanha. Relações culturais (séculos XV a XVIII)*. In honorem José Adriano Freitas de Carvalho, pp. 321-336; «Os louvores da parvoíce», in *Península, Revista de Estudos Ibéricos*, vol. 1, 2004 — *Humaniores litterae, cultura e literatura nos séculos XV-XVIII*, pp. 191-199; «Amor da pátria num tratado de 1626 sobre as armas e as letras», in *Humanismo para o nosso tempo, estudos de homenagem a Luís de Sousa Rebelo*, ed. de Aires A. Nascimento, Helena Langrouva, José V. de Pina Martins e Thomas S. Earle, Lisboa, Barbosa e Xavier, 2004, pp. 309-333.

à França do século xvii de Christian Jouhaud<sup>5</sup>. Rita Costa Gomes leu atentamente, criticou e sugeriu-me inúmeras formas de melhorar uma versão inicial do capítulo 6 deste livro, pelo que lhe estou muito grato. Um outro domínio de ricas experiências consistiu na articulação de dois tipos diferentes de projectos de investigação, financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia: por um lado, graças ao labor de Paula Gonçalves e de Dulce Figueiredo, foi possível proceder a levantamentos bibliográficos e arquivísticos sistemáticos relativos à história do livro no Antigo Regime<sup>6</sup>; por outro lado, Inês Brasão auxiliou-me de forma decisiva na coordenação dos trabalhos de um grupo de investigadores interessado em empreender uma sociologia da leitura em Portugal durante o século xx<sup>7</sup>. Pedro Lains, enquanto director da Imprensa do Instituto de Ciências Sociais, convidou-me a publicar este livro nas suas colecções. Por último, Filipa Lowndes Vicente, com quem partilho sonhos e projectos, ensinou-me a pensar nas relações entre a cultura visual e a história da arte.

A enumeração de experiências de trabalho, onde foi possível colher ensinamentos e apurar perspectivas de análise, não visa constituir uma galeria formal de autoridades. Pelo contrário, o que se pretende é evocar, a partir dessas mesmas experiências, uma multiplicidade de confrontos e de saberes cruzados, bem como um modo de fazer a história cuja principal dinâmica se encontra mais na intenção de compreender e fazer compreender, para utilizar a bela expressão de Lucien Febvre, do que na síntese ou na

---

<sup>5</sup> João Adolfo Hansen, *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século xvii*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989; Alcyr Pécora, *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de António Vieira*, Campinas, Editora da Unicamp, 1994; Christian Jouhaud, *Les pouvoirs de la littérature, histoire d'un paradoxe*, Paris, Gallimard, 2000.

<sup>6</sup> Cf. do autor (com Manuela D. Domingos, Dulce Figueiredo e Paula Gonçalves), *As gentes do livro*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 2007; *idem*, (com Manuela D. Domingos, Luís F. Farinha Franco, Dulce Figueiredo e Paula Gonçalves), *Bibliografia da história do livro em Portugal: séculos xv a xix*, *op. cit.*

<sup>7</sup> Cf. do autor (ed.), *Inquérito à leitura: avaliação da rede de leitura pública*, Lisboa, Colibri, 2004; *idem*, (ed.), *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século xx*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006. Dentro do mesmo âmbito, foi particularmente estimulante orientar as pesquisas de dois jovens investigadores; cf. os prefácios que escrevi aos livros de Ricardo Roque, *Antropologia e império: Fonseca Cardoso e a expedição à Índia em 1895*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2001, pp. 19-23; e de João Pedro George, *O meio literário português (1960-1999): Prémios literários, escritores e acontecimentos*, Lisboa, Difel, 2002, pp. ix-xvi.

interpretação globalizante<sup>8</sup>. Daí a intenção assumida de trazer para o centro das pesquisas, mesmo quando se tratava de apresentar perspectivas mais gerais, um modo de pensar historicamente que soubesse fazer variar as escalas de análise e procedesse a partir de casos concretos<sup>9</sup>. Foi, aliás, esta concentração no caso singular que permitiu reconstituir decisões, estratégias e interpretações — ou seja, formas de tomada de consciência — protagonizadas pelos numerosos agentes que fazem parte de um sistema de comunicação em constante mutação. Trata-se, assim, de um trabalho orientado analiticamente, que desafia toda e qualquer forma de modelação dos sistemas de comunicação, visando trazer para o centro da análise a instabilidade criativa que se encontra presente na intervenção de cada agente (autores, impressores, mecenas, censores, leitores, etc.). Esta mesma instabilidade foi considerada por Michel de Certeau, do ponto de vista do estatuto do leitor, a partir da original metáfora do «caçador furtivo», mas corresponde a uma preocupação mais generalizada em história e ciências sociais relativamente às mais diversas formas de ter um papel activo, ou seja, de *agency* — conceito em si mesmo de difícil tradução em línguas românicas, mas que expressa, em última análise, a importância atribuída às acções e iniciativas de indivíduos e de grupos frente ao peso de estruturas ou de formas hegemónicas de dominação<sup>10</sup>. Por explicar, em relação ao mesmo conceito, ficam os consensos gerados em áreas tão diferentes, do ponto de vista ético e mais propriamente do trabalho de análise, como aquelas que se reclamam das teorias da decisão racional ou, nos seus antípodas, da crítica literária pós-moderna. De qualquer modo, é inegável que a atenção concedida ao mesmo conceito, com o que ele implica de individualismo, constituiu-se numa espécie de desafio às histórias sem sujeito e às diferentes formas de estruturalismo, cuja influência se fez sentir em diferentes áreas da história dos sistemas de comunicação, dos discursos e do livro impresso.

De facto, em trabalho publicado há cerca de vinte anos, pude explorar algumas das dimensões mais estruturais de um sistema de

---

<sup>8</sup> Lucien Febvre, *Amour sacré, amour profane: Auteur de l'Heptaméron*, Paris, Gallimard, 1944, p. 7.

<sup>9</sup> Jean-Claude Passeron e Jacques Revel, *Penser par cas*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2005.

<sup>10</sup> Michel de Certeau, *L'invention du quotidien*, vol. I — *Arts de faire*, s. l., Union Générale d'Éditions, 1980, pp. 279-296.

comunicação localizado na primeira metade do século XVII<sup>11</sup>. Duas entradas nesse sistema exemplificaram o claro uso de uma perspectiva acentuadamente estrutural. Por um lado, tratava-se de pôr em relação cruzada um sistema de ensino, as formas de mecenato e de sociabilidade intelectual, tais como as academias, o mercado do livro e os dispositivos mais institucionalizados de controlo dos discursos por parte da Coroa e da Igreja<sup>12</sup>. Por outro, procurava-se reconstituir, em relação a um segmento específico do mesmo sistema de comunicação — sem trair os modos de classificação da própria época —, os diferentes tipos de discursos passíveis de constituírem uma esfera política<sup>13</sup>. Os ensaios reunidos neste volume prolongam, em parte, essa mesma perspectiva de análise, mas simultaneamente pretendem reforçar, através de uma particular atenção concedida aos pontos de vista dos agentes — suas iniciativas, estratégias, interpretações e formas de consciência —, algo que muito dificilmente pode ser captado por generalizações a respeito de um sistema estudado nas suas principais linhas estruturais. Julgamos que só assim se pode justificar a valorização de casos, de pequenos fragmentos que se constituem como bases para uma análise não linear de um sistema, e o uso a que são submetidos os testemunhos individuais.

Se as estruturas emergem nas análises sob a forma de instâncias de controlo discursivo, através das quais é possível fazer simultaneamente referência aos dispositivos de controlo dos textos e ao seu enraizamento em géneros, elas também são visíveis na atenção concedida à lógica de relações imposta no interior de um certo campo ou mercado onde se esboçam relações de concorrência e colaboração entre grupos e agentes<sup>14</sup>. Mais recentemente, as tentativas destinadas a estabelecer uma classificação das linguagens disponíveis no âmbito político, e não só, bem como as propostas concretas destinadas a reconstituir os contextos que dão sentido a discursos de orientação política servem para ilustrar novas tentati-

---

<sup>11</sup> Cf. do autor, *O discurso político em Portugal (1600-1650)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1988.

<sup>12</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 73-132.

<sup>13</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 143-155.

<sup>14</sup> Michel Foucault, *L'ordre du discours*, Paris, Gallimard, 1971, trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio, rev. de Nuno Nabais, *A ordem do discurso*, Lisboa, Relógio d'Água, 1997; Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*, trad. de Fernando Tomás, Lisboa, Difel, 1989.

vas destinadas a pensar o que é da ordem estrutural<sup>15</sup>. Ora se tais estruturas podem ser vistas como definindo lugares onde se enraízam regimes de práticas, será necessário não perder de vista que o sentido destas mesmas práticas — protagonizadas por agentes, investidos da sua criatividade, e detentores de uma história própria — só por um artifício se pode reduzir a uma mera interpretação dos referidos lugares. Pelo contrário, será necessário restituir aos diferentes domínios de práticas a sua dinâmica própria, isto é, a sua capacidade inventiva. Que esta mesma capacidade surge, muitas vezes, sob a capa da dissimulação frente aos regimes de verdade institucionalizados, ou sob a forma de resistência mais ou menos aberta às rotinas disciplinadoras instauradas parece ser evidente e passível de ser ilustrado, tanto ao nível da análise dos textos, como das carreiras dos que se dedicam ao exercício das letras. Mas a questão que se coloca historiograficamente quando se procura manter em aberto a relação entre as estruturas e o papel dos agentes ou, noutros termos, entre lugares e práticas furtivas é a de saber que direcção tomar: a de um Rabelais vivendo numa época cujas estruturas mentais não lhe permitiam pensar sequer no problema da descrença, ou a de um Menocchio que, uma vez interrogado pelos inquisidores, demonstrava a sua originalidade em fabricar uma visão própria do mundo<sup>16</sup>. Claro que esta oposição, exemplificada a partir de duas grandes obras da historiografia europeia do século XX, necessita de ser matizada, uma vez que também este último personagem pode ser visto como representante de uma cultura popular enraizada numa tradição cuja persistência na longa duração desafia muitas periodizações. Por isso, a sua capacidade inventiva só adquire o pleno sentido em referência a um domínio cultural ancestral, dotado de uma autonomia própria e explorado por Carlo Ginzburg numa obra posterior<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> Anthony Pagden (ed.), *The languages of political theory in early-modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987; John G. A. Pocock, *Politics, language and time. Essays on political thought and history*, Nova Iorque, Atheneum, 1971; Reinhart Koselleck (ed.), *Historische Semantik und Begriffsgeschichte*, Estugarda, Klett-Cotta, 1979; Quentin Skinner, *Visions of politics*, vol. II — *Renaissance virtues*, vol. III — *Hobbes and civil science*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002.

<sup>16</sup> Lucien Febvre, *Le problème de l'incroyance au XVI<sup>e</sup> siècle: la religion de Rabelais*, Paris, Albin Michel, 1947; Carlo Ginzburg, *Il formaggio e i vermi: il cosmo di un mugnaio del '500*, Turim, Einaudi, 1976.

<sup>17</sup> Carlo Ginzburg, *Storia notturna: una decifrazione del sabba*, Turim, Einaudi, 1989.

No entanto, importa esclarecer que todas as questões relacionadas com a tensão entre lugares e práticas — apesar de demasiado gerais para penetrar no que de mais específico tem a cultura escrita — permitem igualmente romper com as ligações demasiado lineares estabelecidas entre a existência de níveis de cultura e de grupos sociais. De facto, a consideração de tais níveis e grupos perde o seu carácter de alusão a entidades substancializadas ou reificadas, investidas do estatuto de realidades geológicas, quando se adopta, como perspectiva de análise, o estudo de domínios de práticas culturais. Neste sentido, a concepção daquilo que normalmente se designa por contexto social corresponde, sem dúvida, a uma perspectiva mais inventiva — porventura também mais instável — da sociedade<sup>18</sup>. Trata-se, aqui, de reforçar um ponto de vista capaz de explorar as diferentes dinâmicas sociais presentes mesmo quando se trata de sociedades altamente hierarquizadas e caracterizadas — como sugeriu Vitorino Magalhães Godinho — por diversos bloqueios.

Uma história europeia interessada em compreender domínios de práticas culturais beneficiou também dos contributos da antropologia, bem como das experiências de investigação registadas pelos historiadores de sociedades não europeias, sobretudo daquelas cujos destinos foram marcados por formas de expansão colonial. Com a simples intenção de cartografar muito brevemente tais transferências interdisciplinares, será possível identificar pelo menos quatro grandes contributos. Antes de mais, terá sido Claude Lévi-Strauss, com a sua noção de *bricolage*, um dos primeiros a sugerir a existência de processos de transmissão do conhecimento e de figuras localizadas historicamente capazes de efectuar novas construções a partir de um conjunto muito heterogéneo de materiais<sup>19</sup>. Em segundo lugar, Clifford Geertz demonstrou os resultados passíveis de ser alcançados por descrições densas, centradas em estudos de caso e pequenos fragmentos da vida de uma sociedade, contribuindo assim para pôr em causa a importância excessiva de muitas explicações estruturais. Paralelamente, a importância por ele atribuída às

<sup>18</sup> Eric R. Wolf, «Inventing society», in *American Ethnologist*, 15 de Novembro de 1988, pp. 752-761; *idem*, *Pathways of power: Building an anthropology of the modern world*, Berkeley, California University Press, 2001, pp. 320-334; Jacques Revel, *A invenção da sociedade*, trad. de Vanda Anastácio, Lisboa, Difel, 1990.

<sup>19</sup> Claude Lévi-Strauss, *La pensée sauvage*, Paris, Librairie Plon, 1962, pp. 30-49.

formas de produção simbólica — consideradas não um derivado de uma sociedade, mas um modo de a conceber — também permitiu pensar o social não como um dado, mas como uma construção<sup>20</sup>. Em terceiro lugar, apesar de se continuar a repetir que a identidade das sociedades africanas sempre excluiu dos seus horizontes a existência de uma cultura fundada no livro, foi precisamente no seu estudo que se apuraram alguns dos instrumentos mais elaborados para a análise tanto das operações de transmissão oral, como das lógicas da cultura escrita<sup>21</sup>. Por último, foi no confronto entre a Europa e as outras sociedades que mais intensamente se passou a reflectir sobre as práticas de escrita que implicaram a existência de formas de conhecimento sobre outras sociedades, bem como de sistemas de comunicação utilizados por poderes imperiais e coloniais. A obra de Edward Said representa, a este respeito, um momento de ruptura, mas será preciso não esquecer o modo como o autor evoluiu e soube explicitar os seus interlocutores principais, bem como a sua genealogia intelectual<sup>22</sup>. Paralelamente, um dos domínios onde mais intensamente se tem discutido acerca da autonomia de uma cultura subalterna no contexto colonial da Índia Britânica — presente parcialmente em registos escritos da cultura dominante — inspirou-se nos estudos de E. P. Thompson relativos à formação de uma cultura própria das classes trabalhadoras em Inglaterra<sup>23</sup>. Ora, uma das críticas mais contundentes suscitadas

---

<sup>20</sup> Clifford Geertz, *Negara: o estado teatro em Bali no século XIX*, trad. de Miguel Vale de Almeida, Lisboa, Difel, 1991. Sobre as orientações mais recentes de Geertz, *Available light: anthropological reflections on philosophical topics*, Princeton, Princeton University Press, 2000.

<sup>21</sup> Jan Vansina, *Oral tradition: a study in historical methodology*, trad. inglesa de H. M. Wright, Chicago, Aldine Pub. Co., 1965; Jack Goody (ed.), *Literacy in traditional society*, Cambridge, Cambridge University Press, 1968; *idem*, *The domestication of the savage mind*, Cambridge, Cambridge University Press, 1977; *idem*, *The logic of writing and the organisation of society*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986, trad. portuguesa: *A lógica da escrita e a organização da sociedade*, Lisboa, Edições 70, 1987; *idem*, *The interface between the written and the oral*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987; *idem*, «Literacy and the diffusion of knowledge across cultures and times», in G. Barba, P. Dasgupta, K.-G. Mäler e D. Siniscalco (eds.), *Creation and transfer of knowledge: institutions and incentives*, Heidelberg, Springer, 1998, pp. 167-177.

<sup>22</sup> Edward W. Said, *Orientalism*, Nova Iorque, Pantheon Books, 1978; *idem*, *Culture and imperialism*, Nova Iorque, Knopf, 1994; *idem*, *Reflections on exile and other essays*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 2000.

<sup>23</sup> Sumit Sarkar, «The relevance of E. P. Thompson», in *idem*, *Writing social history*, Nova Deli, Oxford University Press, 1997, pp. 50-81.



pela atribuição de autonomia a uma cultura subalterna, capaz de desenvolver formas próprias de resistência, consistiu em denunciar que a sua enunciação implicava uma projecção nela de noções de subjectividade e *agency*, as quais são geralmente apresentadas como sendo características de um humanismo liberal bem eurocêntrico<sup>24</sup>. Foi igualmente matizada a existência de uma cultura subalterna capaz de desenvolver formas de resistência violenta, chamando a atenção para as formas de colaboracionismo das elites locais, capazes de suscitar comportamentos mais acomodatórios das classes rurais a situações de dominação colonial<sup>25</sup>. E a mesma lógica de acomodação foi utilizada para pensar o modo como se desenvolveram os sistemas de comunicação e as formas de conhecimento imperiais, sobretudo o modo como o Estado colonial utilizou informação escrita já disponível localmente<sup>26</sup>.

Se a antropologia, as ciências do texto interessadas no modo como o Ocidente se relacionou com outras civilizações, e a história dos sistemas de conhecimento imperiais suscitaram novas perspectivas em relação ao estudo da cultura escrita, o mesmo se pode dizer de três outras perspectivas de análise. Refiro-me, antes de mais, aos estudos de cultura visual, os quais renovaram profundamente a história de arte, ao alargarem extraordinariamente o campo de observação das operações que dão sentido à produção, circulação e uso de imagens<sup>27</sup>. Em segundo lugar, os estudos respeitantes a ritos e cerimónias tornaram-se numa das áreas de investigação mais experimentais e criativas das últimas décadas. De facto, também aqui a leitura dos trabalhos de antropologia de Frazer, Hockart, Lévi-Strauss, Turner e Geertz contribuiu para enriquecer uma tradição de investigações de orientação mais propriamente histórica, que remonta aos trabalhos de entre as duas guerras de Marc Bloch,

<sup>24</sup> Rosalind O'Hanlon, «Recovering the subject; *Subaltern Studies* and histories of resistance in colonial South Asia», in *Modern Asian Studies*, vol. 22, n.º 1, 1988, pp. 189-224; *idem*, in *Mapping subaltern studies and the postcolonial*, ed. de Vinayak Chaturvedi, Londres, Verso, 2000, p. 74.

<sup>25</sup> Christopher A. Bayly, «Rallying around the subaltern», in *The Journal of Peasant Studies*, vol. 16, n.º 1, 1988, pp. 110-120; *idem*, in *Mapping subaltern studies and the postcolonial*, *op. cit.*, p. 123.

<sup>26</sup> *Id.*, *Empire and information: Intelligence gathering and social communication in India, 1780-1870*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

<sup>27</sup> Filipa Lowndes Vicente, *Viagens e exposições: D. Pedro V na Europa do século 19*, Lisboa, Gótica, 2003; *idem*, «A arte sem história — mulheres artistas (séculos XVI e XVIII)», in *Artis — Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, n.º 4, 2005, pp. 205-242.

Norbert Elias, Ernst Kantorowicz, Percy Ernst Schramm e Johan Huizinga<sup>28</sup>. Por último, entre uma grande variedade de linguagens e de formas de comunicação transformadas em objecto de estudo — das formas de comunicação oral aos diversos registos escritos —, há que considerar a importância concedida muito em particular às que serviram para pensar a política e as formas de viver associado (suscitando questões sobre a intencionalidade dos autores, a reconstituição dos contextos mais pertinentes que dão sentido às suas obras, bem como os usos e reutilizações dos mesmos conceitos e ideias)<sup>29</sup>.

Este quadro alargado, múltiplo e instável de linguagens, formas de comunicação e sistemas de conhecimento — aqui sugerido a benefício de inventário — serve de base para situar o estudo histórico de livros e registos, impressos e manuscritos. Conforme já referi, foi sobretudo graças à influência de Roger Chartier que pude aprofundar este mesmo domínio de estudos. Para este historiador francês, o livro na Europa dos séculos XIV a XVIII encontra-se no centro de uma série de operações relativas à produção de significados<sup>30</sup>. Para empreender um trabalho de reconstituição desses mesmos significados, Chartier explicita com clareza o seu universo de referências. Nos trabalhos de Michel de Certeau radicam as noções de leitura como prática furtiva, necessariamente criadora de sentidos não contidos no próprio texto, bem como o exemplo de uma modalidade específica de leitura mística. Michel Foucault constituiu-se como fonte de inspiração da noção de ordem do discurso, bem como dos dispositivos judiciais que levaram à formação da figura de autor. Contudo, onde Foucault distinguia

---

<sup>28</sup> Cf. do autor, «Ritos e cerimónias da Monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)», in *A Memória da Nação*, ed. de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991, pp. 201-265; «A Capela Real: um espaço de conflitos (séculos XVI a XVIII)», in *Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas*, anexo V — *Espiritualidade e Corte em Portugal, séculos XVI-XVIII*, Porto, 1993, pp. 143-154; «Problemas de estudo das festas, da Corte e das cerimónias da Monarquia (séculos XV-XVIII)», in *Cadernos do Noroeste*, vol. 9, n.º 2 — *A festa numa perspectiva transdisciplinar*, ed. de Ana Maria Rodrigues, Braga, Universidade do Minho — Instituto de Ciências Sociais, 1996, pp. 23-34.

<sup>29</sup> Cf. do autor, «Nota de apresentação», in Quentin Skinner, *Visões da política. Acerca do método histórico*, trad. de João Pedro George, Lisboa, Difel, 2005, pp. IX-XVI.

<sup>30</sup> Roger Chartier, *L'ordre des livres: lecteurs, auteurs, bibliothèques en Europe entre XIV<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècle*, Aix-en-Provence, Alinea, 1992.

entre as realidades materiais da palavra escrita e as lutas dos micropoderes pela imposição de sentidos, Chartier apresenta a distinção entre os sentidos visados pelo autor, o texto nas suas realidades materiais ou como projecção de um trabalho cruzado de diversos tipos de agentes, e ainda a diversidade de leituras que podem incidir sobre o mesmo texto. Outra das diferenças entre ambos os autores diz respeito à relação de causalidade entre a actividade judicial de atribuição de um texto a um autor, entendida como chave da emergência da «função-autor», e a caracterização deste mesmo processo centrada em múltiplos aspectos, entre os quais se destacam os da formação de um mercado no período moderno. Ora, para a elaboração desta mesma noção, que supõe a existência de relações de vária ordem entre uma diversidade de agentes, será importante atender tanto aos trabalhos de Pierre Bourdieu com a sua noção de campo, como de Norbert Elias com a sua insistência numa lógica relacional de pensar a sociedade.

Claro que este sumário das principais orientações de Chartier é demasiado esquemático e incompleto para se transformar em modelo de qualquer tipo de investigação. E, no entanto, cumpre mais uma vez esclarecer que foi a reflexão sobre esse mesmo modelo, nas suas principais características e influências, que me pareceu impor-se para fugir à reprodução de modelos de investigação não vigiados, ou seja, pré-construídos, e cuja autoridade consiste sobretudo na sua divulgação sob pressão de modas. Nalgumas páginas deste livro, será mesmo possível detectar uma valorização de outras experiências de pesquisa, porventura mais esquecidas, mas que poderiam igualmente constituir-se em modelos ou contramodelos, numa balança de trocas onde as tradições historiográficas portuguesa, brasileira e ibérica não poderão continuar a fazer figura de parceiro pobre, dependente e subordinado. Pelo contrário, estou convencido de que uma história da cultura escrita terá de saber incorporar o rico legado de experiências de diferentes tradições nacionais de pesquisa bibliográfica, e de investigação sobre manuscritos, objectos impressos e formas de comunicação oral.



## Origem dos capítulos

1. «A visão europeia do mundo em finais do século xv: continuidades, rupturas e resistências», in *Gravura e conhecimento do mundo*, ed. de Joaquim Oliveira Caetano, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1998, pp. 23-50.
2. «Língua e memória», in *História de Portugal*, ed. de José Mattoso, vol. III — *No alvorecer da modernidade (1480-1620)*, ed. de Joaquim Romero Magalhães, Lisboa, Círculo de Leitores/Estampa, 1993, pp. 357-374.
3. *Ibid.*
4. «Orientalistas e cronistas», in Charles R. Boxer, *Opera minora*, vol. II — *Orientalismo/Orientalism*, Lisboa, Fundação Oriente, 2002, pp. XIII-XXVIII.
5. «Os louvores da parvoíce», in *Península, Revista de Estudos Ibéricos*, 1, 2004 — *Humaniores litterae. Cultura e literatura nos séculos XV-XVIII* (número de homenagem a Jorge Alves Osório), pp. 191-199.
6. «Por una historia de las formas de toma de conciencia de la cultura escrita: notas en torno a *Fortuna* de Manuel de Faria e Sousa», in *Cultura Escrita & Sociedad*, vol. 2, Março de 2006, pp. 183-228.
7. «História dos grupos de rapazes no Antigo Regime», in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Faculdade de Letras, 2001, pp. 369-374.
8. «Introdução», in *As gentes do livro*, com Manuela D. Domingos, Dulce Figueiredo, Paula Gonçalves, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 2007.
9. «D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego», in *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*:

- bicentenário*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, pp. 15-50.
10. «Dos livros populares», in *Enciclopédia temática. Portugal moderno*, vol. *Tradições*, ed. de Joaquim Pais de Brito, Lisboa, Pomo, 1992, pp. 131-147; «Littératures de large circulation au Portugal (XVI<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles)», in *Colportage et lecture populaire: imprimés de large circulation en Europe*, ed. de Roger Chartier e Hans-Jürgen Lüsebrink, Paris, IMEC Éditions, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1996, pp. 299-329.
11. «A história do livro em Portugal: uma agenda em aberto», in *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*, 3.<sup>a</sup> série, 9-10, 2002 — *O livro antigo em Portugal e Espanha, séculos XVI-XVIII/El libro antiguo en Portugal y España*, pp. 13-61.
12. «Da tradição bibliográfica à história do livro em Portugal», in *Bibliografia da história do livro em Portugal: séculos XV a XIX*, ed. de Diogo Ramada Curto, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 2003, pp. 11-49.